

# ***PROGRAMA DO PSTU PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS/2020.***

## ***EM DEFESA DA VIDA, DO EMPREGO E DA RENDA, CONSTRUIR UMA BELÉM PARA OS TRABALHADORES E O POVO POBRE!***

### **Introdução**

A pandemia causada pelo novo coronavírus aprofundou a crise econômica capitalista Mundial, deixando a nu o sistema capitalista e provando que este sistema não consegue resolver questões básicas como emprego e o direito ao tratamento de doenças, e muito menos os direitos da classe trabalhadora ao: saneamento básico, saúde, moradia, educação, alimentos e renda.

Uma “Democracia” que não atende os interesses da grande maioria da população, que são os trabalhadores empregados, desempregados, pobres, autônomos, domésticas, ambulantes, pescadores, camponeses, pequenos empresários, e etc., mostra que o sistema capitalista precisa ser superado e construído um sistema Socialista para implementar uma Democracia Operária que atenda os interesses da maioria da população e não de uma minoria de bilionários.

É visando inverter essa lógica que o PSTU apresenta o seu programa, para ser levado a toda população através de suas candidaturas para as eleições municipais de 2020 em Belém do Pará. E que este programa é apenas um esboço inicial, tendo em vista que ele deve ser debatido e construído junto com a classe trabalhadora e o povo pobre da periferia de Belém.

## ***PROGRAMA EMERGENCIAL E DE TRANSIÇÃO PARA ENFRENTAR A CRISE CAPITALISTA E DEFENDER OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA.***

Belém faz parte do Pará, o Pará faz parte do Brasil e o Brasil faz parte do mundo, portanto discutir um programa pra Belém exige uma discussão que englobe esse todo, pois somente dessa forma poderemos ter recursos para atender os interesses da classe trabalhadora, considerando as especificidade que nossa cidade trás.

Por isso esse todo requer a discussão da suspensão do pagamento dos juros e amortização da dívida pública para destinar esses recursos para quem realmente precisa que são os pobres, cancelamento das remessas de lucros para o exterior das empresas multinacionais, planificação da economia através da estatização do sistema financeiro, estatizando todos os bancos e fundindo em um único banco publico nacional que é o Banco Central do Brasil, controle da produção agrícola estatizando o agronegócio e colocando a produção de alimentos em primeiro lugar e destinada para o abastecimento do mercado interno em primeiro lugar e não a exportação, estatização 100% das grandes empresas como Petrobras, Vale, Albras, Alunorte e etc... tudo isto sobre o controle dos trabalhadores. Também é necessária a discussão de um novo pacto federativo que possa organizar a distribuição da arrecadação de impostos de forma justa. E para defender a vida, os empregos e a renda é uma necessidade botar pra fora Bolsonaro, Mourão, Guedes e Cia.

## ***PLANO DE OBRAS PÚBLICAS PARA GERAR EMPREGO E RENDA***

A política do governo Bolsonaro se baseou nos cortes de verbas para os serviços públicos e na infraestrutura das cidades, no aumento alarmante do desemprego, na diminuição da renda dos trabalhadores, nos ataques à saúde pública que, praticamente, desmontou a política de enfrentamento à pandemia de coronavírus. Isto teve como consequência uma tragédia sem igual na história do país: 127.517 óbitos registrados e 4.165.124 diagnósticos de Covid-19, até 08/09/2020. No entanto, segundo pesquisa da Universidade Federal de Pelotas, estes números podem ser até sete vezes maior e ultrapassar a 28 milhões de infectados e chegar a cerca de 892.619 óbitos.

Se o coronavírus mata por doença, o desemprego mata de fome. Se tomarmos como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua), divulgada no dia 06/08/2020, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 77,8 milhões de pessoas fora da força de trabalho (pessoas sem trabalho e que não procuraram trabalho) e 12,7 milhões de desempregados. A soma dos dois números leva a 90,5 milhões de pessoas sem trabalho e supera os 83,3 milhões de pessoas com trabalho no país.

Bolsonaro e Zenaldo defenderam juntos o fim do precário isolamento social para atividades econômicas não essenciais e obrigaram os trabalhadores a se aglomerarem nos ônibus, nos canteiros de obras, nas fábricas e oficinas, nos serviços públicos e no comércio, ou seja: obrigaram os trabalhadores a escolher entre perder o emprego ou morrer pelo coronavírus.

Esta situação também trouxe reflexos para Belém do Pará, o desemprego em Belém é grande, como reflexo da política econômica do governo federal. No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desempregados cresceu 18,6%, em Belém. Isto corresponde a mais 16 mil trabalhadores atirados no desemprego e eleva para 102 mil o número de desempregados. É a segunda maior cidade em número de desempregados da Região Norte (DIEESE/2020), sem contar o trabalho informal que atinge quase 50% dos empregados na região metropolitana de Belém (PNAD Contínua).

Por outro lado, Belém sofre o mal crônico de falta de saneamento básico, de hospitais, de unidades básicas de saúde, de escolas, creches, limpeza e infraestrutura urbana para todos os bairros de periferias e um grave déficit de moradias.

Nossa proposta de Plano de Obras Públicas tem como objetivo superar estes problemas com construção de UBS's, creches, moradias e obras de universalização do saneamento. Como consequência, este Plano de Obras Públicas abrirá inúmeras vagas de empregos diretamente na indústria de materiais de construção, na própria construção civil e no comércio.

E para enfrentar o desemprego, o PSTU propõe um Plano de Obras Públicas organizada por uma empresa estatal/municipal controlada pelos trabalhadores, por meio dos Conselhos Populares e suas organizações. Vamos criar um conselho entre a SESAN, SEURB E SEHAB para criação de uma Empresa Municipal que realizará a construção e reformas de todas as obras do Município de Belém.

### **Nosso Plano de Obras Públicas se dará da seguinte forma:**

**SANEAMENTO:** Belém possui o quarto pior saneamento básico do país. Exemplo disto, o abastecimento de água atinge somente 71,27% das residências em Belém e somente 0,98% das residências de Belém possui esgoto tratado (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, ABES/Serviço Nacional de Informações Sobre Saneamento, SNIS/2018).

Diante disso queremos planejar a construção de redes de esgotos e coleta de tratamento dessas redes, junto com pavimentação de ruas e construção de calçadas, aterramentos de quintais alagados e construção de fossas sépticas.

**SAÚDE:** A saúde do Município é muito precária. O número de Unidades Básicas Saúde- UBS, de UPAS e de Hospitais gerais de Urgência/Emergência está muito abaixo do que a cidade precisa. Belém possui uma população de cerca de 1 milhão e 500 mil habitantes (IBGE/2020), então, para atender às necessidades da população, seriam necessários 125 Unidades Municipais de Saúde (mas, o município de Belém possui apenas 32), de 07 a 08 Prontos Socorros Municipais (Belém possui somente 02, o da 14 de Março e o do Guamá e de 07 a 08 UPAS (quando há apenas 04 na cidade). Além destas medidas, são necessárias outras respostas mais amplas, de caráter nacional, como: ampliação geral do SUS e estatização dos hospitais, serviços e equipamentos da rede privada, e contratação de todos os seus profissionais pelo Estado e Município.

Então precisamos de um plano que em primeiro lugar levante os equipamentos e equipes médicas que faltam nos hospitais, UPAS e UBSs e a retirada das OSs- Organizações Sociais do gerenciamento e administração das verbas públicas da saúde com absorção de todos os funcionários dessas organizações pelo Município. Junto a isso um plano de reformas e construção de mais Hospitais e UBSs, e implementação da jornada de 30 horas semanais para os trabalhadores da saúde.

**MORADIA:** O déficit de moradias também é crônico: faltam 101.800 moradias para as famílias de trabalhadores que ou não têm onde morar ou moram em condições muito precárias (IBGE). Portanto um plano de construção de moradias populares é uma necessidade para a população pobre nos bairros da periferia, em primeiro lugar para as famílias que pagam aluguel e para as pessoas que já possuem seus terrenos e moram em barracos de madeira, todo construído pelo município através da Empresa Estatal, sem especulação das construtoras e imobiliárias.

**EDUCAÇÃO/CRECHES:** A educação é outro grande problema em Belém. Somente 8 mil das 120 mil crianças de 0 a 5 anos estão matriculadas nas creches da prefeitura de Belém (IBGE/2017). Isto penaliza os pais e, principalmente, as mães trabalhadoras ou que estão desempregadas e precisam de trabalho para o sustento da família. Por isso, a construção de creches para combater esse déficit deve ser uma prioridade para garantir que as mulheres que são mães possam deixar os seus filhos e ter a oportunidade de trabalhar, assim como a reforma e construção de escolas públicas são necessárias.

**TRANSPORTE URBANO E COLETIVO:** Criação de uma Empresa Pública Municipal de transporte que garanta ar condicionado no transporte e passe livre para estudantes e desempregados. Retirada da administração da venda e controle do vale digital pelo SETRANSBEL e gerencia pelo município através do conselho municipal de trabalhadores rodoviários de Belém, bem como a devolução mensal do vale transporte não utilizado no mês anterior pelos trabalhadores que tem esse direito. Análise, discussão e planejamento da possibilidade de implementação de um metrô de superfície, para atender a capacidade real dos transeuntes da cidade.

**ISENÇÃO DE IMPOSTOS E REDUÇÃO DE TARIFAS PARA OS POBRES:** Além de 90,5 milhões de pessoas sem trabalho, outro problema enfrentado pelos trabalhadores e pelo povo pobre é a diminuição de 15% da renda dos assalariados e a redução de R\$ 600,00 para R\$ 300,00 do Auxílio Emergencial. Se estava ruim, Bolsonaro e Zenaldo deixam tudo pior.

A diminuição da renda tem a ver com o aumento de gêneros de primeira necessidade, que são mais consumidos pelo povo pobre, os aumentos da tarifa de eletricidade: 2,97% para as residências. Enquanto a cesta básica aumentou 9,47%, a inflação ficou em apenas 0,5%, no estado do Pará. Já, entre maio de 2019 e maio de 2020, a cesta básica subiu 8,45%, enquanto a inflação girou em torno de 2,50%, no Pará, segundo o DIEESE.

Os aumentos mais sentidos pelos trabalhadores e o povo pobre, a partir de maio/2020 foram: o feijão, que aumentou 24,54%; a farinha de mandioca, 15,84%; o leite, 7,66%; a carne bovina aumentou 4,80%, para ficar em poucos exemplos. Para se ter uma visão de conjunto destes aumentos, entre janeiro e maio de 2020, os produtos que mais sofreram aumento foram o feijão (48,82%), o tomate (42,13%) e o açúcar (13,59%). A cesta básica, agora, compromete 47% do salário do trabalhador em Belém (DIEESE/2020).

Diante disso é uma necessidade a isenção de IPTU para as famílias mais carentes e a taxação dos mais ricos para compensar essa isenção, bem como exigir do governo estadual a retirada do ICMS nas tarifas de energia dessas famílias e exigir o fim da redução do ICMS das grandes empresas em 50% cancelando a resolução assinada pelo governo Jatene que beneficiou a ALBRAS, ALUNORTE e HYDRO.

Além do Plano de Obras Públicas nas cidades, são necessárias outras medidas no plano nacional pelo fim das terceirizações e da precarização do trabalho, como a redução das horas trabalhadas para 30 horas sem redução dos salários para abrir mais vagas de trabalho, a revogação das reformas Trabalhista e da Previdência, a contratação dos trabalhadores de aplicativos pelas empresas (Uber, Rappi, iFood...), com carteira assinada e com todos os direitos trabalhistas garantidos. Caso haja recusa das empresas (de aplicativo), estas devem ser e colocadas sob controle dos trabalhadores, através da estatização.

**IMPULSIONAR A AGRICULTURA FAMILIAR EM PARCERIA COM OS ASSENTAMENTOS:** É preciso garantir investimentos e assistência técnica aos trabalhadores da agricultura familiar nos assentamentos urbanos em Mosqueiro, Cotijuba, Outeiro e nas Ilhas do Combu para que a prefeitura possa comprar esses alimentos e distribuir nas escolas para merenda escolar e nos restaurantes populares nos bairros periféricos garantindo refeição a 1 real para os trabalhadores e o povo pobre.

Em Belém existem mais de 30 ilhas de jurisdição da prefeitura, e apesar de muitas serem conhecidas por sua beleza natural e lugar de lazer. No entanto, as famílias que residem nas ilhas estão abandonadas pela prefeitura, muitos vivem em moradias precárias, sem acesso ao saneamento básico. A preservação ambiental desses espaços é fundamental para a manutenção das famílias ribeirinhas, que tem como fonte de renda e sobrevivência o predomínio da produção extrativista. A relação de trabalho e produção são combinadas e indissociáveis da terra e dos bens da natureza, porém tem sofrido com as transformações ocorridas nas áreas urbanas. Por isso, é

necessário um plano de preservação dos sistemas tradicionais de uso da terra e destinar crédito e fomento as famílias para subsidiar a produção agroextrativista.

**UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA COM A IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA OPERÁRIA:** O congresso nacional, assim como as Câmaras Municipais são instituições criadas pela burguesia, para governar junto com o Prefeito a serviço dos ricos, dos grandes donos de terras, os grandes comerciantes, industriais e banqueiros das cidades.

A classe trabalhadora não pode se submeter a uma Câmara de Vereadores, nem a um Congresso Nacional corruptos, do toma lá, dá cá e completamente dominado pelos ricos.

É necessário que os trabalhadores criem suas próprias instituições de poder. O PSTU tem a proposta dos Conselhos Populares que reúnam operários e o povo pobre da periferia para que decidam como deve ser o governo dos trabalhadores. Estas decisões sobre saúde, educação, segurança, saneamento, moradias, os transportes de massa e sobre os Planos de Obras Públicas devem ser definidos nos Conselhos Populares e não mais submetidos à Câmara Municipal controlada pelo poder econômico dos ricos e que sempre virou as costas para os trabalhadores e para o povo pobre da periferia. Propomos organizar um conselho popular em cada uma das Agências Distritais de Belém (Mosqueiro, Outeiro, Entroncamento, Sacramenta, Belém, Bengui, Guamá e Icoaraci). Transformando elas nas Câmaras Distritais dos trabalhadores e do povo pobre tendo representantes organizados nos bairros, nas categorias, nos sindicatos, nas associações que poderão definir, segundo suas necessidades e prioridades, os destinos da cidade.

**COMBATE AO RACISMO, AO MACHISMO, À LGBTFOBIA, A XENOFOBIA E À EXPLORAÇÃO!**

Neste período de pandemia a violência contra os setores oprimidos aumentou absurdamente, com aumento do feminicídio, etnocídio e violência policial contra os negros. Entendemos que o preconceito é parte do sistema capitalista que se utiliza das opressões para explorar ainda mais os setores da classe trabalhadora. Desta forma, o racismo, o machismo e a homofobia, além de dividir a classe, são instrumentalizados para aumentar ainda mais os lucros do capital, além de significar, para esses setores, uma brutal violência diária por parte da polícia. Defendemos o combate a toda forma de opressão.

Pela criminalização da LGBTfobia. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha. Pelo fim do genocídio da juventude negra, regularização das terras quilombolas. Pelo direito ao reconhecimento jurídico com visto definitivo aos imigrantes e fim do preconceito contra haitianos, bolivianos, cubanos e demais estrangeiros.

**ONDE ESTÁ O DINHEIRO?**

Os trabalhadores podem se perguntar: de onde tirar dinheiro para custear um plano econômico ou um plano de obras públicas dos próprios trabalhadores?

Em primeiro lugar, temos de suspender o pagamento da dívida pública (dívida com bancos nacionais e internacionais). O Orçamento Federal, de 2019, foi de R\$ 3,565 trilhões. Porém, 45% deste total, ou seja, R\$ 1,603 trilhão, foi retirado para pagar a dívida pública a banqueiros. Para se ter uma ideia, a Educação tem um orçamento federal de apenas R\$ 126 bilhões (3,48% do mesmo orçamento. A Saúde teve orçamento federal de 4,21% ou R\$ 155 bilhões do mesmo orçamento federal. A agricultura teve somente 0,54% deste orçamento ou R\$ 271 bilhões. Se somarmos as verbas da saúde, da educação e da Agricultura dão próximos a 1/3 de tudo o que os bancos tomaram do orçamento de 2019.

Esta dívida pública coloca o país inteiro de joelhos para os grandes bancos internacionais, empresas estrangeiras e governos de países ricos. Coloca o país numa relação de dependência econômica quase total com as grandes potências imperialistas. É necessário uma segunda independência nacional que representa o rompimento com o pagamento da dívida pública. Todos estes R\$ 1,603 bilhões seria colocado a serviço da geração de empregos, como um Plano de Obras Públicas não só para Belém, mas para todo o país.

Seria possível, também, taxar as grandes fortunas em 40%. Logo, o PSTU propõe taxar em 40% os R\$ 812 bilhões acumulados pelos 42 bilionários do país. Isto poderia gerar R\$ 325 bilhões para começar a resolver os problemas dos trabalhadores, como o pagamento do Auxílio Emergencial.

O governo diz que não tem dinheiro, mas o Conselho Monetário Nacional autorizou que o Banco Central transferisse R\$ 325 bilhões para o tesouro Nacional para pagar a Dívida Pública a bancos nacionais e internacionais, agora em agosto/2020.

Outra fonte são as reservas internacionais do Brasil que, hoje, são de US\$ 342,1 bilhões (ou R\$ 1,8 *trilhão*, em valores de 09/09/2020). Paulo Guedes tem usado estas reservas para pagar juros e amortizações da mesma Dívida Pública. Estes recursos, obtidos com a exploração sobre a classe trabalhadora brasileira, podem ser utilizados na geração de postos de trabalho, como assinalamos acima na agricultura, mas, principalmente, na indústria nacional.

Desta forma, não são os trabalhadores que devem pagar pela crise, como querem Bolsonaro, Mourão, Guedes e Zenaldo. Todos os recursos para garantir melhores condições de vida dos trabalhadores têm de vir das riquezas produzidas pelos próprios trabalhadores no campo, nas fábricas e na forma de serviços públicos de qualidade universalizados. Esta riqueza é tomada pelos grandes bancos, pelas grandes empresas de capital privado. Queremos que estas riquezas, que são produzidas coletivamente sirvam a todos, seja um bem coletivo.

Logo, quem deve pagar pela crise são os ricos, não os trabalhadores.

Para garantir que essas riquezas socialmente produzidas sejam um bem coletivo e não privado, a propriedade privada deve ser destruída. No seu lugar, queremos que a produção coletiva seja coletivamente distribuída entre os que produzem e entre aqueles que não podem produzir, como crianças, inválidos, idosos e doentes.

Para que isto seja garantido, só um governo socialista dos trabalhadores, organizado em torno dos Conselhos Populares. Estes últimos devem ser formados por operários, desempregados, ambulantes, pequenos comerciantes, camponeses, mulheres, lgbts, negros e pobres das periferias, por todos os marginalizados pelo grande capital.

O capitalismo não garante mais nem a vida, nem a comida, nem a paz pra a humanidade.

Só uma sociedade socialista – aquela em que a riqueza produzida pelos trabalhadores seja usufruída pelos próprios trabalhadores e seus aliados, pode resolver todos estes problemas que o capitalismo não é mais capaz de resolver.

Em defesa da vida

- Quarentena para valer, com emprego e renda!
- Manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600,00 para subempregados e desempregados garantirem a quarentena!

Sabemos que as eleições são uma disputa de cartas marcadas. São antidemocráticas. Um partido como o PSTU não terá tempo na televisão e rádio para apresentar suas propostas e tem sido excluído dos debates, enquanto os grandes partidos têm todo tempo do mundo e rios de dinheiro de empresários e corruptos para enganar os trabalhadores com falsas promessas.

Não vamos mudar pra valer Belém ou o país com eleições e sim com a luta unificada dos trabalhadores. Mas queremos lutar para colocar Belém a serviço da classe trabalhadora, da juventude, do povo pobre das periferias, dos negros, LGBTs e mulheres da classe trabalhadora em tudo que temos direito.

Cada voto em Cleber Rabelo do PSTU, no 16, é útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTs para mudar de verdade tudo isso que está aí. Eleger revolucionários e socialistas do PSTU fortalece a luta dos trabalhadores, e torna Belém um ponto de apoio na luta para mudar o país e o mundo, para acabar com a exploração e com o sistema capitalista.

Uma trincheira na luta por uma sociedade socialista, onde a produção não esteja ao serviço do lucro de um punhado de bilionários e da exploração e da miséria de milhões, mas sim ao serviço das necessidades da maioria do povo pobre e trabalhador.

Por isso, a Belém que queremos é a Belém socialista e dos trabalhadores. Para isto defendemos:

Aumento dos Salários e Congelamento dos Preços!

Educação e Saúde Públicas, Gratuitas e de Qualidade!

Estatização Sem Indenização do Transporte e Tarifa Zero!

Nenhuma Família Sem-Teto e Saneamento Básico Para Todos!

Segurança Pública – Fim Da PM – Por uma Guarda Municipal eleita e debatida pela Comunidade!

Combate Ao Racismo, Ao Machismo, À Lgbtfobia, A Xenofobia E Á Exploração!

Por uma Lei De Responsabilidade Social e não a de Responsabilidade Fiscal!

Não Pagamento da Dívida aos Banqueiros!

IPTU Fortemente Progressivo!

Não às Privatizações. Fim Da Corrupção!